

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº _____

Manifesta APOIO à iniciativa da OAB Federal e mais 10 seccionais da OAB que questionam a legalidade dos atos de Alexandre de Moraes.

CONSIDERANDO que foi amplamente divulgado pela mídia (em anexo) que a OAB Federal tem questionado o fato de o ministro Alexandre de Moraes descumprir a lei, a constituição e regras de direito processual ao ignorar as prerrogativas advocatícias e negar acesso aos advogados defensores dos investigados em inquéritos questionáveis pelo ministro administrados.

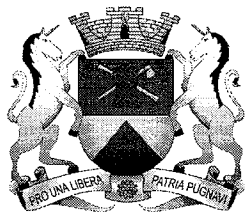
CONSIDERANDO que 10 seccionais da OAB também questionam (em anexo) essas e outras atitudes de Moraes, as quais reputam por ilegais e inconstitucionais.

CONSIDERANDO que além da OAB Federal, os seguintes presidentes das seguintes seccionais se manifestaram contra as reputadas arbitrariedades do ministro:

- Rodrigo Aiache, presidente da OAB-AC;
- Marilena Winter, presidente da OAB-PR;
- Délio Lins e Silva Júnior, presidente da OAB-DF;
- Fernando Ribeiro Lins, presidente da OAB-PE;
- Rafael Lara Martins, presidente da OAB-GO;
- Leonardo Lamachia, presidente da OAB-RS;
- Gisela Alves Cardoso, presidente da OAB-MT;
- Luis Cláudio Alves Pereira (Bitto Pereira), presidente da OAB-MS;
- Sérgio Leonardo, presidente da OAB-MG;
- Márcio Melo Nogueira, presidente da OAB-RO.

CONSIDERANDO a extrema urgência e importância em se reestabelecer a ordem e a segurança jurídica no Brasil.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA 09/09/2022 11:22:33:54 1/2



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

APRESENTAMOS esta moção externando o APOIO dessa casa legislativa à iniciativa das diversas lideranças da OAB por defenderem a liberdade e demonstrarem coragem ao questionar os atos considerados por eles à margem da constitucionalidade e legalidade.

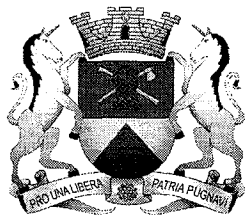
Sendo aprovada a presente Moção, dê-se ciência aos:

- Presidente do Brasil;
- Presidente da Câmara Legislativa Federal;
- Presidente do Senado Federal;
- Presidente da OAB Federal;
- Presidente da OAB Acre;
- Presidente da OAB Distrito Federal;
- Presidente da OAB Goiás;
- Presidente da OAB Mato Grosso;
- Presidente da OAB Mato Grosso do Sul;
- Presidente da OAB Minas Gerais;
- Presidente da OAB Paraná;
- Presidente da OAB Pernambuco;
- Presidente da OAB Rio Grande do Sul;
- Presidente da OAB Rondônia.

CÂMARA MUNICIPAL SOROCABA 06/12/2022 11:22:28 20/3/1 2/2

S/S., 05 de dezembro de 2022.

Dylan Roberto Viana Dantas
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

PODER
360



LOGIN



MENU



A

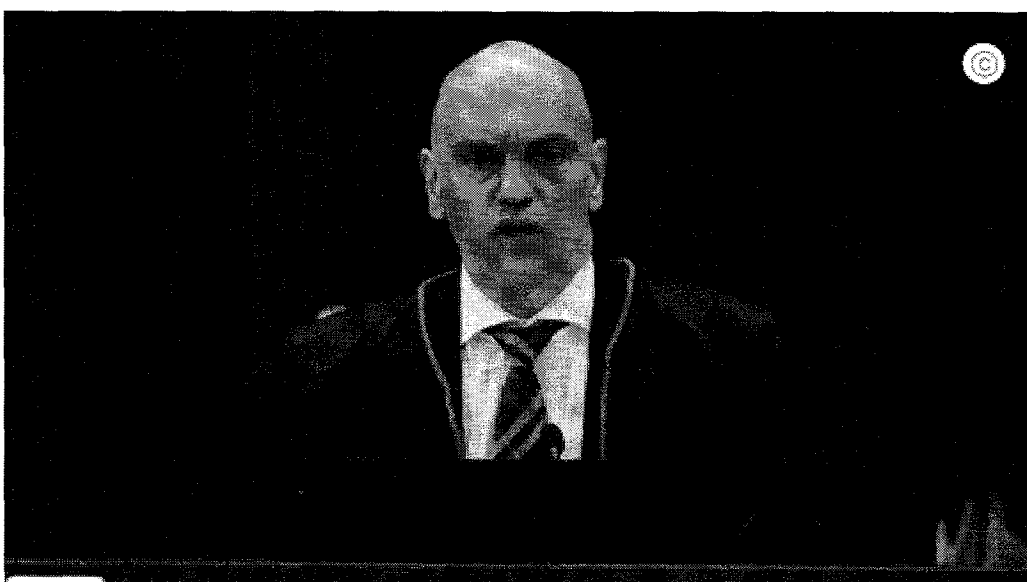
A

publicidade



Seccionais da OAB questionam legalidade de decisões de Moraes

Documento enviado ao presidente da Ordem pede providências para evitar possíveis violações às prerrogativas de advogados



es de 10 seccionais da OAB pedem publicidade | legalidade de decisões do ministro



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

ORDER360

03.2022 (sábado) - 17h40

presidentes de 10 seccionais da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pediram que o Conselho Federal da Ordem avalie adotar providências sobre possíveis violações às prerrogativas de advogados em processos e decisões do ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e integrante do STF (Supremo Tribunal Federal).

Em manifestação protocolada neste sábado (19.nov.2022), também pedem uma análise, “*em regime de urgência*”, da constitucionalidade e da legalidade da decisão de Moraes que determinou o bloqueio de contas bancárias de 43 pessoas e empresas suspeitas de financiarem os atos contra o resultado das eleições para presidente da República. Leia a íntegra da manifestação (190 KB).



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

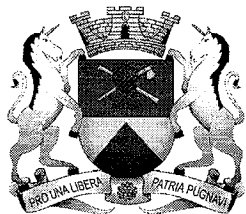
ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão de Moraes citada no documento foi tomada no sábado (12.nov.2022) e está sob sigilo. O **Poder360** teve acesso ao documento. Leia a [íntegra](#) (179 KB).

O requerimento foi enviado ao presidente da OAB, [Beto Simonetti](#). Assinaram o documento os presidentes das seccionais da OAB no Acre, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rondônia. Eles ainda pedem que seja buscada uma *“interlocução junto ao Supremo Tribunal Federal”*, com *“intuito pacificador”*.

Segundo os presidentes das seccionais da OAB, a decisão de Moraes sobre o bloqueio das contas *“foi proferida sem qualquer notificação prévia dos supostos envolvidos, nem mesmo o Ministério Público”*, o que poderia, *“em tese, caracterizar o afastamento dos consagrados princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório”*.

O documento também afirma que advogados acionaram as seccionais da OAB com reclamações, dizendo que o acesso ao processo *“estaria sendo cerceado, sendo permitido somente (no*



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

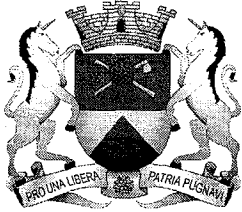
lcão) no gabinete de sua Excelência, Ministro Alexandre de Moraes, em violação às prerrogativas profissionais”.

“Sem emitir qualquer juízo de mérito, referida decisão chama atenção também pelos possíveis desdobramentos sociais, trançando inclusive as relações de trabalho, cujas obrigações aos empregadores poderão restar comprometidas em razão dos bloqueios de valores e multas diárias determinadas”.

O requerimento enviado a Simonetti diz que, desde antes de o período eleitoral, as seccionais vêm recebendo reclamações de “inúmeros” advogados sobre decisões do TSE e do STF, “especialmente” as proferidas por Moraes.

Para os presidentes que assinaram o documento, a situação pode configurar supostas “violações a garantias constitucionais e prerrogativas profissionais, especialmente em relação ao acesso aos autos para o devido exercício da ampla defesa e contraditório”.

“O tema adquire especial relevância porque o atual momento vivenciado por toda a sociedade brasileira clama por atitudes institucionais pacificadoras”.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

EXPLORE



ÚLTIMAS

GAZETA DO POVO

ASSINE

ENTRAR

> **Vida e Cidadania**



—Acesso aos autos processuais

Presidente da OAB pede a Moraes fim de violações de prerrogativas contra advogados

Por Gabriel Sestem 30/11/2022 15:41



0 COMENTÁRIOS

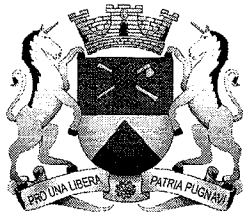
Advogados de investigados por Alexandre de Moraes estão há mais de dois anos fazendo petições ao ministro para terem acesso na íntegra aos autos processuais| Foto: Carlos Moura/STF

Como você se sentiu com essa matéria?

Carregando...



Publicidade



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO



Nesta quarta-feira (30), o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, enviou um ofício ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo que seja liberado acesso integral aos autos processuais para os advogados de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) investigados por Moraes. Os pedidos estão relacionados aos chamados “inquérito das fake news” (4.781) e “inquérito dos atos antidemocráticos” (4.828) – o ministro é o relator de ambas as investigações, que são



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

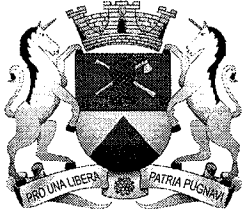
EXPLORE



GAZETA DO POVO

A iniciativa ocorre após pedidos de providências feitos à OAB por presidentes de dez seccionais da entidade. Os representantes das seccionais apontam violações de prerrogativas profissionais de advogados, que estariam em curso por iniciativa de Moraes. Na terça-feira (22), um grupo de 4,3 mil advogados também havia pressionado a presidência da OAB com pedido de providências. Os signatários apontaram episódios recentes em que o ministro estaria intencionalmente dificultando o acesso dos advogados aos documentos do processo, o que compromete a atuação das defesas.

Nesta segunda-feira (28), reportagem da Gazeta do Povo mostrou que o Conselho Federal da OAB mantinha-se omissos frente a decisões abusivas de ministros do STF e TSE. Há mais de dois anos os advogados permanecem sem acesso integral aos autos.

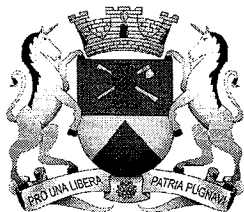


CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

“O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não pode deixar de clamar pela defesa das prerrogativas profissionais dos advogados, especialmente quanto ao direito de obter vista de processos”, cita trecho do ofício.

Em relação ao pedido dos presidentes das seccionais da entidade, Simonetti cita, no ofício, que se trata de um pleito legítimo, fruto de cobrança de advogados junto às lideranças



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

EXPLORE



ÚLTIMAS

GAZETA DO POVO

ASSINE

ENTRAR

> **Vida e Cidadania**



--Após explicações do ministro

Advogados contestam Moraes e convidam OAB para ir ao STF verificar autos

Por  Ana Carolina Curvello 01/12/2022 16:33

Alexandre de Moraes diz que todos os pedidos por acesso a autos de investigados no STF foram respondidos; advogados contestam e pedem ajuda à OAB e à CIDH. | Foto: TSE/ Gazeta do Povo

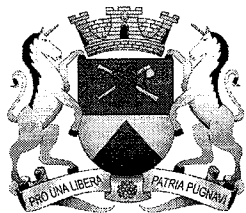


0 COMENTÁRIOS

Como você se sentiu com essa matéria?

Carregando...





CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

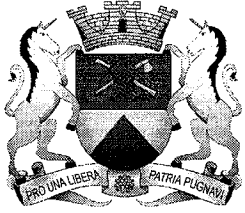
ESTADO DE SÃO PAULO

Os advogados de defesa de alguns dos investigados nos inquéritos das fake news (Inq. 4.781) e das milícias digitais (4.874), que são conduzidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), contestaram as explicações dadas pelo ministro Alexandre de Moraes aos questionamentos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Por meio de um despacho encaminhado à OAB nesta quarta-feira (30), Moraes alegou que todos os pedidos citados pela entidade sobre os inquéritos foram analisados e respondidos, e que ele assegura o acesso amplo dos advogados de defesa a elementos de prova contra seus clientes.

Um dos responsáveis pela defesa de investigados nos inquéritos sigilosos tocados pelo Supremo, o advogado Emerson Grigollette, foi mencionado no despacho do ministro. À **Gazeta do Povo**, Grigollette disse que não tinha conhecimento que seu cliente era citado no Inquérito 4.879 e nem na PET 9.005, mencionados por Moraes como se os autos estivessem disponíveis à defesa.

"O cliente que represento, Bernardo Küster, só tomou conhecimento da ação porque sofreu busca e apreensão de aparelhos dele, que tinham dados pessoais, e até hoje o ministro não se deu o trabalho de despachar se vai devolver ou não. O único procedimento que apresentei petições, desde 2020 até agora, foi no 4.781, e desde o dia 29 de maio de 2020 estamos tentando ter acesso integral aos autos", disse.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

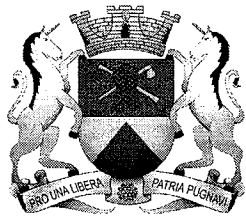
ESTADO DE SÃO PAULO

Segundo o advogado, Moraes não dá acesso amplo aos autos e libera apenas partes do processo com paginação incompleta, em papel. Além disso, o ministro cria novos inquéritos sem comunicar aos advogados de defesa.

"Nunca tivemos acesso ao processo na íntegra que deve ter mais de 10 mil páginas. É impossível fazer defesa com menos de 15% do inquérito, e o problema de não ter acesso é que estamos trabalhando no escuro e não dá pra adivinhar o que posso fazer", explicou Grigollette.

Diante das declarações do ministro, o advogado reforça o pedido pelo fim do sigilo do processo e reitera um convite ao Conselho Federal da OAB para averiguar, pessoalmente, junto ao ministro Alexandre de Moraes, se as prerrogativas das defesas foram realmente respeitadas. "Ninguém quer ofender o ministro, mas precisamos confrontar; ou o ministro abre o sigilo dos inquéritos ou a OAB me acompanha pra conferir se ele vai nos receber e as dificuldades que estamos tendo", disse.

A reportagem da **Gazeta do Povo** procurou novamente o STF para questionar sobre essas informações, mas a assessoria de imprensa do órgão apenas repetiu o que o ministro Alexandre de Moraes havia respondido ontem à OAB. Por outro lado, a OAB não quis enviar o documento encaminhado a Moraes sobre os questionamentos em relação às violações de prerrogativas de advogados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Informações cruzadas

Grigollette também criticou as "informações cruzadas" sobre o acesso aos autos do inquérito que, segundo ele, são "autos picados e incompreensíveis". "Apresentamos mais de 10 petições reiterando o acesso ao processo, fomos ao STF e o STF falava que estava na Polícia Federal; fomos à PF que falava que estava no STF, ninguém sabia onde estava esse inquérito. Pareceu até proposital", informou.

O advogado reiterou que pretende reforçar a denúncia, já apresentada à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em agosto de 2020, que trata da situação de violação das prerrogativas e é assinada por mais de mil advogados. "Vou reiterar essa surpresa do novo inquérito e a falta de acesso aos autos", disse.

Para o advogado Miguel Vidigal, que defende um dos empresários que foram incluídos no processo das milícias digitais, "o ministro vem adotando um sistema confuso e de difícil aplicação para os advogados que pretendem, com procuração, ter acesso aos autos, apesar de ter respondido aos peticionamentos".



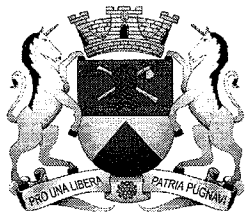
CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

"Ao negar sua análise digital, e exigindo que os patronos dos investigados se locomovam a Brasília para receber cópias físicas de um processo que tramita na forma digital, dá, talvez involuntariamente, a sensação de abuso de autoridade na medida em que são colocadas desnecessárias barreiras aos advogados para realizarem de forma ágil e eficiente o seu labor, cerceando o direito à ampla defesa por parte dos investigados", disse Vidigal.

Na avaliação do advogado, o fato de Moraes negar acesso amplo, irrestrito e digital aos autos fere uma série de prerrogativas previstas na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual garante em seu artigo 8º que "todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédios efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei".

"A igualdade preceituada na Constituição Federal, o livre acesso aos autos, o princípio de paridade de armas, o direito de se defender dignamente, são alguns dos princípios basilares e básicos do Direito Processual Brasileiro. Por esse motivo, me parece que negar acesso digital aos autos fere de forma grave todos esses princípios", explicou o advogado.

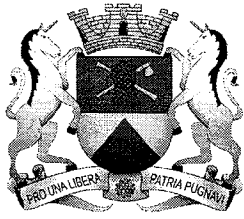


CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Vidigal também cita que a súmula 14 do STF, citada inclusive por Moraes no despacho à OAB, não vem sendo respeitada. "A súmula 14 determina que é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa", disse.

O acesso aos autos de forma presencial e somente em papel, além da falta de reunião com o ministro Alexandre de Moraes, foi confirmada por Grigollette. "Ele dá um despacho, a gente recebe pelo WhatsApp e solicita a informação, liga pra fazer um agendamento. Ele marca o dia e simplesmente entrega o documento com partes do processo. A gente não tem acesso ao ministro, nunca consegui falar com ele pessoalmente", disse.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Representação na OAB parada

Apesar de não ter sido mencionado no pedido da OAB ao ministro Alexandre de Moraes, o advogado Renor Oliver, que defende o jornalista Allan do Santos, preso preventivamente no inquérito das milícias digitais, informou que o acesso amplo aos elementos de prova "não corresponde à verdade". Ele protocolou uma nova petição no STF, no último dia 21, pedindo acesso aos autos, e disse que "continua há mais de um ano sem vista dos autos da PET 9935, apenso do INQ 4.874, apesar de várias petições protocoladas e ações impetradas com este fim no STF".

Oliver explicou que entrou com uma representação na OAB, que tramita desde janeiro, para garantir as prerrogativas de defesa no inquérito, mas disse que "o caso seguiu para a Comissão Nacional de Prerrogativas e até o momento está pendente de decisão do Conselho". "O procedimento teve início na Comissão de Prerrogativas de SP [seccional paulista da OAB], que teve dois ofícios ignorados pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes quando solicitadas informações sobre as violações às prerrogativas", explicou.